

X LEGISLATURA
ACTA Nº 61/X/3ª SL

Aos vinte e quatro dias do mês de Junho de 2008, pelas 15h00, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, na Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia, o Presidente da Comissão, Sr. Deputado Rui Vieira, iniciou os trabalhos, tendo sido aprovada a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das **Actas n.º 58 (11 de Junho), n.º 59 (17 de Junho) e n.º 60 (18 de Junho)**.
2. Apreciação e votação das conclusões do **parecer ao PJI 520/X/3ª – Promove a sustentabilidade dos biocombustíveis** (Relator - Deputado Jorge Seguro Sanches, PS).
3. Apreciação e votação das **conclusões do parecer à PPL 192/X/3ª – Autoriza o Governo a rever o regime jurídico de instalação e de modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais em matéria de taxas pela apreciação da instalação e da modificação dos estabelecimentos e conjuntos comerciais e a adaptar o regime geral das contra-ordenações às infracções decorrentes da violação das regras fixadas para aquelas unidades comerciais** (Relator - Deputado David Martins, PS)
4. Apreciação e votação das **conclusões do parecer à PPL 201/X/3ª – Grandes Opções do Plano para 2009** (Relatora - Deputada Rosário Águas, PSD)
5. Admissibilidade e nomeação de relator para o **PJI 539/X/3ª – Define um regime de acompanhamento e controlo da evolução dos preços de combustíveis** (Relator - cabe ao PS)
6. Votação do **Requerimento do PS - Audição a entidades do sector dos combustíveis**
7. Votação do **Requerimento do CDS-PP - Audição do Ministro da Economia e da Inovação, do Inspector-Geral da ASAE e da Directora Regional do Norte da ASAE**
8. Apreciação e votação do **Requerimento do CDS-PP - Audição da Autoridade Nacional de Protecção Civil e da Empresa de Manutenção Aérea**
9. Apreciação e Votação do **Requerimento do PS - Audição do Presidente da Junta de Freguesia da Ericeira**
10. **Recomposição da Subcomissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas**
11. Nomeação de um Deputado relator no âmbito do **Grupo de Trabalho dos Organismos Geneticamente Modificados**
12. Apreciação do **Pedido de Audiência da Associação Nacional do Ramo Automóvel**
13. Apreciação do **ofício do GP do PCP sobre marcação de reuniões e audições**
14. **Pedido de contributos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos sobre Propostas de alteração do Regulamento de Relações Comerciais e do Regulamento Tarifário do Sector eléctrico**
15. **Outros assuntos:**
 - Informações
 - Expediente

O Sr. Presidente começou por dar conta de algumas informações.

De seguida, dada a urgência da matéria, foi dada prioridade ao ponto 4 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação das conclusões do parecer à PPL 201/X/3ª – Grandes Opções do Plano para 2009**. A Sra. Deputada Rosário Águas começou por informar sobre a inserção da Parte II no parecer e a alteração do ponto 7 das Conclusões tendo, de seguida, apresentado o parecer,

questionando se a versão definitiva das GOP's não deveria ser enviada ao Conselho Económico e Social para elaboração de novo parecer. Em nome do GP do PS, usou da palavra o Sr. Deputado Ventura Leite, que felicitou a Deputada relatora, considerando ser o parecer objectivo e sucinto, e precursor de uma nova geração de pareceres na CAEIDR. O Sr. Deputado Agostinho Lopes concordou com o referido anteriormente, nomeadamente com a relevância do envio ao CES da versão definitiva dos GOP's. O Sr. Deputado Luís Fazenda felicitou, igualmente, a Deputada relatora pela elaboração do parecer, ainda que considerando que os cenários macro-económicos sofrerão fortes alterações. Não havendo mais intervenções, as conclusões do parecer foram submetidas a votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

De seguida, no ponto 1 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação das Actas n.º 58 (11 de Junho), n.º 59 (17 de Junho) e n.º 60 (18 de Junho)**, não havendo intervenções por parte dos Srs. Deputados, as actas foram submetidas a votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No ponto 2 da Ordem do Dia, relativo à **Apreciação e votação das conclusões do parecer ao PJI 520/X/3ª – Promove a sustentabilidade dos biocombustíveis**, o Sr. Deputado Jorge Seguro apresentou o parecer. A Sra. Deputada Rosário Águas felicitou o relator, opinando sobre a actualidade do tema e as dúvidas que este suscita, pelo que seria útil efectuar um debate aprofundado. Considerou, ainda, que o importante é encontrar um caminho, mais do que definir metas. O Sr. Deputado Carlos Poço questionou sobre o porquê de, na Nota Técnica, só serem consideradas audições à CNA e CAP, e não a outras. O Sr. Deputado Hugo Velosa interpelou a Mesa sobre a necessidade de o Deputado relator se pronunciar sobre a questão. O Sr. Deputado Jorge Seguro concordou com a questão levantada, tendo sido acordado efectuar, em sede de especialidade, audições adicionais face às referidas na Nota Técnica, de modo a cobrir as outras entidades representativas do sector. O Sr. Presidente referiu que, para o futuro, sempre que a Nota Técnica contenha propostas, o Deputado relator deve pronunciar-se. De seguida, interveio o Sr. Deputado Helder Amaral, questionando a oportunidade do voluntarismo, e a necessidade de proceder a um debate aprofundado. O Sr. Deputado José Gonçalves considerou ser importante ter presente não só a dependência energética mas também a dependência agro-alimentar. O Sr. Deputado Luís Fazenda considerou ser importante separar a questão dos biocombustíveis do que é produzido de modo agro-alimentar. Manifestou a sua incompreensão sobre a antecipação, por parte do Governo, das metas definidas pela Comissão Europeia, considerando que tal só pode ser politicamente explicado por interesses privados. O Sr. Deputado Agostinho Lopes manifestou, na generalidade, o acordo ao referido em matéria de enquadramento e justificação do Projecto de Lei. O Sr. Deputado Jorge Seguro respondeu às questões levantadas, concordando com a actualidade e pertinência do tema e manifestando a necessidade de distinguir entre bons e maus biocombustíveis. De seguida, não havendo mais intervenções, as conclusões do parecer foram submetidas a votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No ponto 3 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação das conclusões do parecer à PPL 192/X/3ª – Autoriza o Governo a rever o regime jurídico de instalação e de modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais em matéria de taxas pela apreciação da instalação e da modificação dos estabelecimentos e conjuntos comerciais e a adaptar o regime geral das contra-ordenações às infracções decorrentes da violação das regras fixadas para aquelas unidades comerciais**, o Sr. Deputado David Martins apresentou o parecer. O Sr. Deputado Agostinho Lopes saudou o relator e sugeriu que as conclusões do parecer deveriam conter uma apreciação ao diploma anexo, caso contrário o PCP votaria contra. A Sra. Deputada Rosário Águas usou, em seguida, da palavra, subscrevendo, quase na íntegra, a intervenção do Sr. Deputado Agostinho Lopes sobre a apreciação do diploma anexo, considerando que seria útil apreciar toda a legislação nesta matéria. Sugeriu, ainda, aperfeiçoar a redacção do segundo parágrafo do ponto I c) alínea a), dada a incoerência existente. O Sr. Deputado David Martins agradeceu as intervenções e acolheu a sugestão de alteração de redacção efectuada pela Sra. Deputada Rosário Águas. Quanto às sugestões de alteração das conclusões, de modo a incluir a apreciação do pacote legislativo, considerou não fazer sentido, dado a iniciativa legislativa incidir, apenas, sobre a questão das taxas. Não havendo mais intervenções, as conclusões do parecer foram submetidas a votação, tendo sido aprovadas com os votos a favor do PS, PSD e CDS-PP, registando-se os votos contra do PCP e PEV e a ausência do PEV.

A reunião foi, de seguida, interrompida, para audição do Sr. Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, no âmbito da Lei n.º 12/2004, tendo sido posteriormente retomada.

No ponto 5 da Ordem do Dia, relativo à **Admissibilidade e nomeação de relator para o PJI 539/X/3ª – Define um regime de acompanhamento e controlo da evolução dos preços de combustíveis**, foi indicado o Sr. Deputado Jorge Seguro para elaboração do parecer.

No ponto 6 da Ordem do Dia, referente à **Votação do Requerimento do PS – Audição a entidades do sector dos combustíveis**, este foi votado favoravelmente por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No ponto 7 da Ordem do Dia, relativo à **Votação do Requerimento do CDS-PP – Audição do Ministro da Economia e da Inovação, do Inspector-Geral da ASAE e da Directora Regional do Norte da ASAE**, este foi rejeitado, merecendo os votos contra do PS e a favor dos restantes GP, registando-se a ausência do PEV.

No ponto 8 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação do Requerimento do CDS-PP – Audição da Autoridade Nacional de Protecção Civil e da Empresa de Manutenção Aérea**, o Sr. Deputado Helder Amaral apresentou o Requerimento. O Sr. Presidente recordou que as matérias da protecção civil são da competência da 1ª Comissão, pelo que deverá ser dado conhecimento a esta

Comissão sempre que se realizar alguma iniciativa sobre esta matéria. O Sr. Deputado Miguel Ginestal sugeriu que o Requerimento fosse considerado como proposta a ser integrada no Plano de Actividades, o que mereceu o assentimento do Sr. Deputado Helder Amaral. O Sr. Deputado Miguel Ginestal acrescentou que fosse efectuada, em primeiro lugar, a audição do Sr. Secretário de Estado com tutela sobre a matéria, e seguidamente as autoridades constantes do Requerimento, o que mereceu, igualmente, o assentimento.

No ponto 9 da Ordem do Dia, relativo à **Apreciação e Votação do Requerimento do PS - Audição do Presidente da Junta de Freguesia da Ericeira**, o Sr. Deputado Jorge Seguro apresentou o Requerimento. Não havendo intervenções por parte dos Srs. Deputados, o Requerimento foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV. Cada Grupo Parlamentar ficou de indicar um representante.

No ponto 10 da Ordem do Dia, referente à **Recomposição da Subcomissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas**, o Sr. Presidente solicitou aos GP do PS e PSD a indicação de um Deputado adicional para integrar a Subcomissão, tendo sido consensualizado transferir para esta Subcomissão as competências da extinta Comissão Eventual de Acompanhamento e Avaliação da Política Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, com excepção das matérias de protecção civil, da competência da 1ª Comissão, tendo o Sr. Presidente reforçado este ponto. O Sr. Deputado Miguel Ginestal deu conta da substituição do Sr. Deputado Ceia da Silva pelo Sr. Deputado Horácio Antunes, e da entrada do Sr. Deputado Carlos Lopes na Subcomissão. O Sr. Deputado Carlos Poço informou que oportunamente seria dada essa indicação.

No ponto 11 da Ordem do Dia, relativo à **Nomeação de um Deputado relator no âmbito do Grupo de Trabalho dos Organismos Geneticamente Modificados**, o Sr. Deputado Miguel Ginestal deu conta da proposta de ser nomeado o Sr. Deputado Lúcio Ferreira, tendo esta proposta merecido o consenso generalizado.

No ponto 12 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação do Pedido de Audiência da Associação Nacional do Ramo Automóvel**, foi consensual a proposta de a audiência ser concedida com o mesmo grupo que já anteriormente recebera a entidade.

No ponto 13 da Ordem do dia, referente à **Apreciação do ofício do GP do PCP sobre marcação de reuniões e audições**, o Sr. Deputado Agostinho Lopes apresentou o ofício, considerando essencial aumentar o acordo entre os Coordenadores dos GP. Considerou, ainda, ser necessário esclarecer sobre a utilização de audições regimentais para efeitos de audições aprovadas por requerimentos dos GP. O Sr. Presidente recordou as regras previamente estabelecidas de articulação dos trabalhos, dando, igualmente, conta das dificuldades de articulação de todas as actividades da CAEIDR, dadas as suas ramificações. Deu, ainda, conta, da necessidade de fazer uma reunião de Coordenadores com vista a discutir, nomeadamente, esta questão.

No ponto 14 da Ordem do Dia, relativo ao **Pedido de contributos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos sobre Propostas de alteração do Regulamento de Relações Comerciais e do Regulamento Tarifário do Sector eléctrico**, o Sr. Deputado Jorge Seguro sugeriu que os contributos fossem dados durante a audição a realizar a esta entidade na sequência do Requerimento aprovado, tendo esta proposta sido consensual.

No ponto 15 da Ordem do Dia, relativo aos **Outros Assuntos**, foi analisado o expediente, tendo sido deliberado conceder uma audiência à Comissão de Comerciantes – Almada Centro por um grupo de trabalho da Comissão.

O Sr. Presidente recordou o pedido de contributos para o Plano de Actividades e Orçamento da próxima sessão legislativa.

A reunião foi encerrada às 19 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de Junho 2008.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Rui Vieira)

Nota: Acta aprovada na reunião de 1 de Julho de 2008.

Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Afonso Candal
- Agostinho Lopes
- Carlos Poço
- David Martins
- Helder Amaral
- Hortense Martins
- Hugo Velosa
- Jorge Seguro Sanches
- José Miguel Gonçalves
- Lúcio Ferreira
- Luís Fazenda
- Miguel Ginestal
- Rita Miguel
- Rosário Águas
- Rui Vieira
- Ventura Leite
- Carlos Lopes
- Fátima Pimenta
- Horácio Antunes
- Jorge Almeida
- Jorge Fão
- Luís Carloto Marques
- Manuel José Rodrigues
- Nuno Antão

Faltaram os seguintes Srs. Deputados:

- António Almeida Henriques
- Ceia da Silva
- Melchior Moreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

- Mendes Bota
- Pedro Nuno Santos